

CENÁRIO POLÍTICO E EDUCACIONAL MINEIRO NA 1ª GESTÃO DO PARTIDO NOVO: o Locus da Pesquisa*

*Maria Simone Ferraz Pereira
Silvani Aparecida Ribeiro Paiva
Lara Cristina Evaristo Rodrigues*

Ao longo da década de 1990 até os dois primeiros decênios dos anos 2000, esteve presente no cenário político mineiro, no governo do estado, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em princípios ideológicos, podemos dizer que a política no estado de Minas ora esteve vinculada ao pensamento liberal conservador ora a um liberalismo comprometido, minimamente, com a intervenção do Estado na vida do cidadão.

Em 2018, na esteira do que acontecia no Brasil, tomou conta do cenário político mineiro uma campanha que se sustentou em matrizes discursivas, políticas e ideológicas que prometiam além de retirar o PT do poder, acabar com a tradicional demagogia populista; renovar a política; acabar com a corrupção; combater privilégios; enxugar a máquina pública para reduzir o tamanho e a importância que o Estado desempenha na vida do ser humano e, colocar o estado de Minas em um “novo” caminho. Assim, os mineiros insatisfeitos com a “velha política” escolheram nas urnas, com 71,80% dos votos, Romeu Zema Neto, do Partido Novo, para governar Minas Gerais. Empresário, filiado ao Partido Novo, o governador assumiu com o programa intitulado “*LIBERDADE AINDA QUE TARDE*” e com a promessa de uma nova política que romperia o círculo vicioso da velha política até então no poder.

O Partido Novo foi criado em 2011 pelo empresário João Amoedo com a defesa dos seguintes princípios: gestão empresarial; menos intervenção do Estado; liberdade individual para escolher. Um aspecto que chama atenção é definição dos candidatos para concorrerem às eleições, cidadãos comuns, novos na política (Novo, 2020). E foi nesse contexto que o Partido Novo e seu candidato se apresentaram como a principal novidade das eleições mineira, pois ambos realizavam, em 2018, a primeira participação eleitoral e conquistaram o governo do estado de Minas Gerais.

Ao ocupar os cargos políticos, o partido fortalece a intenção de estreitar a gestão empresarial na perspectiva da administração estatal. De acordo com os princípios do Novo, as instituições e organizações devem ser tratadas e geridas como empresas. Dentre os vários desafios apresentados pelo partido defendem: i) a necessidade de “estruturar uma startup na política” (Novo, 2020, s/p) para garantir a implementação de projetos inovadores, por meio de um modelo de negócio que deve ser implementado na política para gerar lucro; ii) “Aumentar a exposição do Novo e fortalecer a marca” (idem) e aos poucos transformar os cargos políticos em uma administração gerencial.

Consciente ou inconscientemente mais de 70% dos mineiros escolheu em 2018, pelo voto direto, que o Estado fosse governado, sem precedentes, pela lógica do livre-

* DOI - 10.29388/978-65-6070-057-4-0-f.11-22

mercado e conferiu ao futuro governador a licença para implantar um plano de governo que defendia abertamente um Estado que deveria sair da vida das pessoas, reduzir a tradição “paternalista/social” e permitir que os cidadãos e as empresas conseguissem livremente empreender e construir suas riquezas, pois “a doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos” (Hayek, 2010, p. 58). Boa parte dos mineiros optou assim, por uma “nova” política em que o Estado permaneceria legislador e regulador, sem o compromisso direto de ser o “provedor, orientador e planejador da vida das pessoas” (Lohbauer, 2018).

Do ponto de vista ideológico, os mineiros, conscientes ou inconscientemente, escolheram um plano de governo que defende ideias de enxugamento e reorientação das políticas públicas na lógica da privatização, de Estado concorrencial, em conformidade com o ideário neoliberal,

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais, e, para além dela, em todas as sociedades que seguem o caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada. [...] muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. [...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade, e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação [...]. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 16-17).

De acordo com Harvey (2014, p.6), o neoliberalismo se tornou “hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo”. Adeptos à privatização, os neoliberais defendem que cada indivíduo deve se responsabilizar por seu próprio bem-estar (Harvey, 2014), inculcando uma lógica individualista que contribui para a desresponsabilização do Estado, por meio da propagação da ideia da liberdade pessoal e social. Nesse contexto, desigualdade social aos poucos tem sido retirada do cenário, se transformado em desigualdade pessoal, de mérito e vendida, por meio da formação educacional, ideológica, cultural e política, a ilusão de igualdade de oportunidade.

No campo educacional, em Minas Gerais, o Partido Novo defendeu na campanha para o governo do estado a mesma lógica. Para resolver, o que acreditava ser o esgotamento do serviço público, defendeu os seguintes pilares: qualidade do ensino privado por meio de políticas de vouchers; cooperativas de professores e bolsas de

estudos via créditos fiscais para possibilitar maior acesso da população às escolas privadas (Novo, 2018). Entretanto, enquanto não se realizavam as alterações legais que possibilitassem a implementação de políticas de fomento às escolas privadas, o Novo apresentou como proposição: o aperfeiçoamento do ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas; avaliações de resultados mais rígidas; incentivo à parceria público-privada; focalização das políticas públicas; carreira dos professores baseada em indicadores de desempenho (Novo, 2018).

A proposta do Partido Novo criticou os pífios “resultados dos indicadores de educação, sobretudo no ensino estatal” e apontou algumas ações, dentre elas a “**competitividade por desempenho escolar**”. De acordo com a proposta,

As escolas devem ser avaliadas por indicadores de gestão que considerem a evolução do desempenho da instituição, afetando o montante de recursos recebidos pelas escolas e bonificações aos professores, diretores e outros colaboradores. Assim, aquelas que obtiverem melhor evolução nos resultados deverão ser premiadas. Deve-se utilizar parâmetros de avaliação já existentes no mercado e que levem em consideração as notas alcançadas pelos estudantes em exames de avaliação externos, como o teste PISA. Este é um modo de assegurar a integridade e objetividade dos critérios avaliativos, evitando manipulações políticas e circunstanciais. (Minas Gerais, 2018, p.39)

Com essa concepção o Partido Novo defende, para o cenário educacional mineiro, princípios da reforma empresarial em que a educação “vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a privatização.” (Freitas, 2018, p.29). Na perspectiva empresarial a instituição educacional, para ter qualidade, necessita de uma lógica gerencial que tem como categoria central a privatização, ou seja, o desfinanciamento do setor público por meio da terceirização da gestão, da introdução nas escolas de materiais e plataformas de aprendizagem na lógica da gestão privada ou da implantação da política de vouchers (terceirização por deslocamento de recursos públicos para as famílias). Percebemos aqui uma disputa de agenda entre a ideia de Estado concorrencial, especialmente por meio da lógica da privatização, em detrimento do Estado de bem-estar social.

A parceria público-privada implantada desde o início da gestão do Novo no estado, tomou forma por meio do acordo de cooperação firmado entre o Instituto Lemann, o Instituto da Humanidade, o Instituto República e o Instituto Brava para o desenvolvimento do programa “Gestão Pública”. O programa se iniciou em março de 2019, recebeu o nome Transforma Minas – Programa de Gestão de Pessoa por Mérito e Competência e ao longo da 1ª gestão (2019-2022) implantou no estado práticas de gestão do setor empresarial.

Outra ação, no campo educacional, foi a implantação do novo Currículo Referência de Minas Gerais. Tal ação deu continuidade às desenvolvidas por governos anteriores e em consonância com a política do governo federal para a educação de fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular.

Em relação à avaliação externa a SEE, em 2019, enfatizou a necessidade de toda rede estadual utilizar a base de dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da

Educação Pública (Simave) para definição de ações políticas, administrativas e pedagógicas, no sentido de contribuir com a melhoria dos indicadores de qualidade educacional, por meio do estabelecimento de metas que ao serem avaliadas são associadas à premiação ou punição, garantindo assim a média de desempenho de estudantes e redes de ensino.

Em agosto de 2019 o governador Romeu Zema e a secretária de Estado de Educação anunciaram a implementação do Programa Gestão pela Aprendizagem, com o foco central de fortalecimento da gestão. Vale destacar, que o programa foi lançado inicialmente em escolas do ensino médio com o objetivo de “combater a evasão de estudantes, reduzir as desigualdades regionais no ambiente escolar e contribuir para a elevação dos indicadores de aprendizagem, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”. Em seu discurso proferido no dia 07/08/2019, no auditório JK, na Cidade Administrativa, o governador assim se expressou:

Quero que nós deixemos em Minas o legado de que alcançamos um **avanço na Educação que nunca foi dado**. Não tenho nenhuma grande obra para fazer no meu governo, até porque **não temos dinheiro**, mas a **grande obra que quero fazer** é a de **mudar a gestão para melhor**, mudar um pouco a nossa cultura e que nós, do setor público, estamos aqui para atender o cidadão, e no caso de vocês (servidores da Educação), esse cidadão é o aluno e é a família dele (Zema, 2019, *grifos nossos*)¹.

Ao anunciar a ampliação do programa, em setembro de 2019, para o ensino fundamental o governador reafirmou seu compromisso em avançar a qualidade educacional no estado e afirmou que para isso o Programa Gestão pela Aprendizagem tinha o compromisso de recolocar o estado em posição de destaque na qualidade do ensino público e fazer com que a educação fosse motivo de orgulho para os mineiros.

[...] queria deixar muito claro que no meu governo **não levantamos bandeira partidária ou ideológica**, o que **queremos é método científico**. Temos **de aplicar o que já se comprovou cientificamente** que funciona. Parece ser tão fácil, mas **nunca houve responsabilidade maior com esse tipo de conceito**. Nós vamos atrás de soluções que funcionam (Zema, 2019, *grifos nossos*)².

Para o desenvolvimento do Programa Gestão pela Aprendizagem, foi estabelecida uma parceria entre a secretaria de Educação e a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG). Na reunião a pasta apresentou aos empresários o “bom desempenho obtido pelo estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”, na última avaliação (2019). De acordo com Zema,

¹ Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-anuncia-programa-gestao-pela-aprendizagem>

² Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governador-romeu-zema-anuncia-ampliao-do-programa-gestao-pela-aprendizagem>

O Ideb, ***depois de ficar anos recuando ou estagnado***, no nosso primeiro ano de governo (avaliação realizada em 2019), ***batemos recordes*** nos números do ensino médio. Contamos com a colaboração para que este projeto tão importante seja ampliado. O que nós avançamos na Educação é só o primeiro passo, muitos outros virão. Sabemos da relevância da Educação para o nosso futuro (Zema, 2020, *grifos nossos*)³

Nesse cenário de “mudar a gestão para melhor, para garantir bons resultados”, o governo mineiro definiu como meta prioritária para o ano de 2020: “efetivar medidas positivas de gestão no Governo de MG” (Novo, 2020, s/p.). Entretanto, o ano de 2020, segundo ano de gestão do governador mineiro, iniciou na e para a educação com problemas diversos. Concomitante aos problemas da pasta⁴, no final de 2019 e início de 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus (Covid 19) ou Sars-CoV-2, um vírus que se alastrou de forma assustadora e impôs medidas de isolamento e distanciamento social, para frear o contágio e reduzir o número de óbitos.

Nesse contexto de grave crise sanitária e incertezas que assolaram o país, o estado de Minas Gerais adotou, na pasta da educação, as seguintes medidas: criação de um Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19; decretou, no mês de março, recesso escolar em todas as escolas da rede estadual; em abril, na contramão das orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde o governo estadual decretou, o retorno às escolas dos trabalhadores do setor administrativo e da limpeza, que foi suspensa após o Ministério Público do Estado de Minas Gerais recomendar via liminar o não retorno ao trabalho presencial; publicação da Resolução SEE N° 4310/2020 para regulamentar as normas e instituir o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP).

O Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) definiu que as escolas estaduais ofertassem aos estudantes, em formato *on line* ou impresso, o Plano de Estudos Tutorados (PET) organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Foi disponibilizado, pela pasta: o Projeto *Se liga na Educação*, um

³ “Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), em setembro do ano passado, mostraram os bons resultados de Minas Gerais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Os dados são do ano-base 2019.

Em 2017, Minas Gerais registrou um Ideb nos anos finais do ensino fundamental de 4,4. Este número vinha em queda desde a edição de 2013 do Ideb. Já em 2019, Minas Gerais avançou no índice alcançando 4,6 no Ideb daquele ano nesta etapa da Educação básica. Nas escolas participantes da Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE), projeto desenvolvido em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), esse aumento foi ainda mais expressivo, alcançando uma média de 4,92 no Ideb 2019.” Disponível em: <https://www.fdg.org.br/2021/02/11/governo-de-minas-e-educacao-comemoram-os-resultados-da-parceria-com-a-fdg-em-reuniao-com-investidores/>

⁴ Os principais problemas enfrentados pelo Partido Novo no início da gestão, na pasta da educação, de acordo com Pereira e Silva (2020, pg 1) eram: “descumprimento da lei estadual e da lei federal que trata do Piso Salarial do Magistério; proposta de terceirização de atividades de limpeza e administração no sistema educacional e outras áreas; não nomeação de profissionais aprovados em concurso público, como fora prometido durante a campanha eleitoral e falhas administrativas no processo de contratação de professores temporários; atrasos e parcelamento dos salários da maioria do funcionalismo; não investimento do mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino; ausência de diálogo do governo com os servidores públicos e o encaminhamento por Zema de uma proposta de Reforma Administrativa e da Previdência para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais que, se aprovada, intensificará a precarização das relações de trabalho no Estado”.

programa de estudo tutorado da SEE realizado em parceria com a rede pública de televisão Rede Minas. Além disso, foi disponibilizado também a *Plataforma Escola Digital*, uma plataforma eletrônica de acesso gratuito, voltada aos estudantes, pais e professores, com conteúdo alinhado à BNCC. Vale destacar que a plataforma Escola Digital foi desenvolvida por organizações privadas como o Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini (Pereira; Silva; 2020).

Ações adotadas pela SEE para enfrentamento da crise e atendimento das demandas educacionais esbarraram nos seguintes problemas: críticas ao modelo implementado, por acentuar desigualdade e exclusão, pois dos 853 municípios mineiros a Rede Minas estava presente em aproximadamente 200 municípios; exclusão digital materializada na precariedade de acesso à internet e ao sinal da Rede Minas, segundo IBGE, 54% das famílias mineiras não possuíam computador e 24,7% não tinham acesso à internet e em várias famílias a criança ou o adolescente tinha acesso a um dispositivo móvel ou apenas um computador por família; ausência de diálogo entre a SEE e setores importantes da Educação (categoria docente, faculdades e departamentos de educação das universidades públicas, associações educacionais e o Fórum Estadual de Educação); parcelamento dos salários dos professores da rede estadual que tiveram que se responsabilizar por todo o processo (internet, equipamento, formação), além do expressivo aumento da carga horária de trabalho; implementação arbitrária e verticalizada do REANP, descolado da realidade, gerando dificuldades na condução do trabalho docente e principalmente na aprendizagem dos estudantes; ausência de um planejamento coletivo entre SEE/SER/Escolas e envio por parte da SEE de anexos, planilhas, Diário Eletrônico Digital – DED para regulação do planejado.

Em meio ao caos que se instaurou no estado em função da pandemia, a pasta da educação expandiu no ano letivo de 2020 e de 2021, no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem, a Gestão Integrada da Educação Avançada (Gide) para todas as escolas estaduais mineiras de ensino fundamental, sendo a Gide adaptada ao modelo de ensino remoto.

Nos últimos 30 anos temos presenciado, “uma arena de acirrados conflitos e interesses com uma política de grandes orçamentos – do governo federal, dos estados e dos municípios – para atender, em tese, todas as crianças e jovens do país, além de relacionar-se com as múltiplas dimensões do Estado de bem-estar social” (Perez, 2010, p.1180).

Diante dessa complexidade, é importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona. Também é importante investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas e como elas funcionam e se são exitosas. (Perez, 2010, p.1180)

Frente à complexidade em que se encontrava a educação no estado de Minas Gerais e à promessa do partido Novo de **“mudar a gestão para melhor e assim garantir bons resultados”** elaboramos um projeto de pesquisa que se justificou pela

necessidade de acompanhar e analisar a implementação de políticas/ações e assim analisar o que trazia de novo o Partido Novo para a educação mineira.

De acordo com a SEE o *Programa Gestão pela Aprendizagem* consiste em um conjunto de ações adotadas no estado com o intuito de garantir a qualidade educacional e recolocar a educação pública mineira em posição de destaque. O programa tem como objetivos o combate a evasão, a redução das desigualdades regionais e a elevação dos indicadores de aprendizagem, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para isso, foi firmada uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), instituição sem fins lucrativos que utiliza o Sistema de Gestão Integrada da educação (Gide), na área da gestão, em instituições públicas e privadas com o intuito de melhorar os resultados.

O que isso significa? Qual o impacto para a educação? O que há de novo no campo educacional e especialmente nas políticas de avaliação? O que evidenciam as iniciativas para o enfrentamento da crise educacional? “Assistimos” ao avanço da iniciativa privada sobre a educação pública, por meio da incorporação dos sistemas de ensino e escolas às plataformas e ferramentas de acesso ao saber, privatização dos currículos e consultoria para implementação dos desenhos didáticos? Quais os efeitos da política avaliativa do governo federal para a política mineira de avaliação? Tem relação? Quais mudanças e rupturas na agenda do governo mineiro no desenvolvimento da gestão das escolas e da política de avaliação? Qual a relação entre gestão e avaliação? A Gestão Integrada da Educação Avançada (Gide) tem potencialidade para se constituir como política de estado em Minas Gerais? As práticas organizacionais implementadas no âmbito da GIDE têm se institucionalizado nas escolas estaduais? Em que medida essa institucionalização tem relação com os índices obtidos nas avaliações externas? As ações implementadas pela política educacional do Partido Novo têm evidenciado ruptura com a lógica presente no estado, antes da chegada do Novo? O que traz de novo o Partido Novo?

Tais questionamentos nos levaram à elaboração de um projeto de pesquisa com a seguinte problemática: partindo do pressuposto que a política educacional adotada no estado de Minas Gerais é baseada em resultados, em que medida a política implementada no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem/Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE), tem conseguido mudar a gestão educacional, garantir bons resultados e romper com a lógica historicamente presente no Estado/educação, conforme anunciado pelo Partido Novo? Efetivamente o que traz de novo a política do Partido Novo para a educação?

O projeto “*A política educacional no Estado de Minas Gerais e a questão da qualidade: avaliação externa e gestão na centralidade da agenda mineira*” foi aprovada na Chamada Fapemig 01/2021 – Demanda Universal – Projeto APQ-01517-21. A pesquisa, realizada de 2021 a 2024, objetivou acompanhar e analisar, em contextos diversos, a natureza e os *modi operandi* da política educacional implementada na 1ª gestão (2019-2022) do Partido Novo, no estado de Minas Gerais, com o propósito de mudar a gestão educacional, melhorar resultados e garantir a qualidade das escolas da rede estadual de ensino.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, subprojetos de iniciação científica/TCC, mestrado e doutorado foram elaborados, tanto com vinculação direta ao Projeto APQ-01517-21 quanto indireta, no âmbito da linha Estado, Políticas e Gestão da

Educação do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGED/FACED/UFU) e, contribuíram para a construção da base de dados, a saber:

Objetivos	Projeto	Tipo
Analisar a Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE) no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem e a relação entre a busca da eficiência e a melhoria da qualidade da educação de Minas Gerais.	A IMPLEMENTAÇÃO DA GIDE NO CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL MINEIRA E SEUS INDICADORES DE QUALIDADE	IC/TCC
Analisar reestruturação do Simave, com a implementação dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais no período de 2016 a 2018	O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O DILEMA DA QUALIDADE	Mestrado
Compreender como o princípio da qualidade, induzido pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública, impacta na organização de trabalho de uma escola pública, situada na periferia da cidade de Uberlândia	REFLEXOS DO SIMAVE EM UMA SALA DE 5º ANO: qualidade educacional ou naturalização da exclusão?	Mestrado
Analisar as concepções e os princípios presentes no Programa Jovem de Futuro implementado em Minas Gerais	IMPLICAÇÕES DO “PROGRAMA JOVEM DE FUTURO” PARA AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO MINEIRAS	Mestrado
Analisar a proposta do Projeto Somar, política que prevê a gestão compartilhada do ensino médio por meio de parcerias com organizações sociais privadas na rede estadual em Minas Gerais, no governo Romeu Zema (2019-2022), e a relação com a defesa da privatização e avanço do capital sobre a educação pública.	O PROJETO SOMAR NA GESTÃO DO GOVERNO ZEMA (2019-2022): educação pública x interesses privados	Mestrado
Compreender os modi operandi do neoliberalismo nas políticas educacionais de Minas Gerais no decorrer dos governos de Aécio Neves ao governo de Romeu Zema (2003-2022).	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MINEIRAS AOS MODI OPERANDI DO NEOLIBERALISMO: Dos governos de Aécio Neves ao governo de Romeu Zema (2003-2022)	Doutorado
Analisar se esses programas e ações das políticas públicas educacionais de Minas Gerais atuam como mecanismos da reforma empresarial da educação pública do estado.	PROGRAMAS E AÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS (2019-2022): mecanismos da reforma empresarial na educação pública mineira	Doutorado
Analisar como os recursos financeiros provenientes do FUNDEB e do PDDE são alocados e as implicações deste processo em escolas públicas de	O (NÃO) LUGAR DO FINANCIAMENTO DO ENSINO MÉDIO NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO: um olhar para dois municípios mineiros	Doutorado

Ensino Médio de Minas Gerais, diante da implementação da Lei 13.415/2017, sob a perspectiva dos gestores educacionais.		
Analisar a atuação de grupos educacionais privados na educação mineira e suas áreas de ação no Projeto Trilhas do Futuro, a fim de desvelar os mecanismos de privatização presentes nas ações das secretarias de educação.	PROJETO TRILHAS DE FUTURO: parcerias público-privadas na formação profissional de jovens em Minas Gerais	Doutorado

A investigação sobre a temática se respaldou na abordagem de pesquisa qualitativa, pois o posicionamento teórico desse tipo de investigação compreende a vida humana como uma atividade interativa e interpretativa, realizada a partir do contato das pessoas. Os estudos qualitativos podem ser conduzidos de diferentes caminhos (Godoy, 1995).

Desse modo, segundo Bogdan & Biklen, (1994, p.48)

Os investigadores qualitativos [...] se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registros oficiais, os investigadores querem saber como, em que circunstâncias foram elaborados.

Assim, entendemos que este tipo de pesquisa não se refere, especificamente, a uma questão instrumental, mas “se define essencialmente pelos processos implicados na construção do conhecimento, pela forma como se produziu o conhecimento” (Rey, 2002, p. 24).

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem sido cada vez mais reconhecida como uma das possibilidades para se estudar fenômenos concernentes aos seres humanos e suas relações sociais. De acordo com a autora:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995b, p. 21).

Para Minayo (2005), a abordagem qualitativa propicia ao pesquisador trabalhar com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes presentes na realidade investigada. Por isso, prima por uma compreensão interpretativa da ação social e “atua

levando em conta a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais, o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores” (Minayo, 2005, p. 82).

É importante destacar que a abordagem qualitativa não se limita a oferecer resultados unificados e padronizados, mas contribui, de forma consistente e clara, para o desenvolvimento de um estudo minucioso e coerente a partir do referencial teórico definido.

Os dados coletados foram analisados à luz da fundamentação teórica, e procedimentos metodológicos apropriadas às técnicas escolhidas por meio de formas variadas que incluíram o exame detido dos dados para extrair deles categorias de análise a respeito dos *modis operandi* da política educacional implementada na 1ª gestão do Partido Novo, especialmente a compreensão do princípio defendido na campanha e na implementação da política educacional, qual seja, “*mudar a gestão para melhor, garantindo assim bons resultados e a qualidade da educação no estado e nas escolas*”.

Observa-se, portanto, que os desafios foram imensos, tanto em âmbito nacional quanto estadual e, principalmente pelo desmonte das políticas econômicas de cunho social que impactam diretamente na efetivação de políticas educacionais comprometidas com a inclusão social.

Em linhas gerais, nos comprometemos com a compreensão das repercussões da lógica neoliberal na implementação de políticas educacionais. Para isso, nos debruçamos na realização das pesquisas que buscaram compreender o contexto ideológico, político, econômico e educacional e evidenciaram os “bastidores” da agenda política educacional.

Efetivamente, buscamos desvelar o que trouxe de novo a política do Partido Novo para a educação mineira, no sentido de ampliar as reflexões sobre os desafios do presente e, principalmente, fortalecer o debate sobre as perspectivas e possibilidades para o futuro da política educacional no estado de Minas Gerais, pois “a história não terminou” (Sander, 2007, p. 08). Fica aqui, o convite para a leitura e para a produção de novos estudos.

Referências

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, LDA, 1994.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: expressão Popular, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações / David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 5. ed. – São Paulo: Edição Loyola, 2014.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Trad: CAPOVILLA, A. M.; STELLE, J. I.; RIBEIRO, L. de M. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises. Brasil, 2010.

IUNGO. Sítio eletrônico do Instituto Iungo. Disponível em:
<https://iungo.org.br/conheca-o-iungo> Acesso em: 22 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. p.57-63

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. / Christian Laval; tradução Mariana Echalar. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LOHBAUER, C. O Partido Novo: Origens, Ideias e Objetivos. **Interesse Nacional** – fevereiro – março – abril de 2018. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/> . Acesso disponível em: 13 jan. 2021.

MINAYO, C. de S. et al. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAS GERAIS. PARTIDO NOVO. **Liberdade Ainda que Tardia. Plano de Governo de Romeu Zema**. 2018. Disponível em:
http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf Acesso em: 22 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LDL&num=180&ano=2011> Acesso em: 22 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Sítio Eletrônico da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores**. Disponível em:
<https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br> Acesso em: 22 jan. 2021.

NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO**. Disponível em: <https://novo.org.br/> Acesso em: 22 jan. 2021.

PEREIRA, M. S. F.; SILVA M. S. P. Educação Básica em Minas Gerais no Contexto da Pandemia e na Trilha do Partido “NOVO”. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **Revista Educação Básica em Foco**, v.1, n1, abril a junho de 2020. p.1-5.

PEREIRA, M. S. F.; SILVA, M. S. P.; VALENTE, L. de F. O “NOVO” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?** ADRIÃO, T.; Marques, L. R.; AGUIAR, M. A. da S. (org.) Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2019. p. 9-316.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400007>.

REY, G. F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira/Thompson 2002.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SILVA, J.R. ET al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, nº I, julho/2009. p.1-15